

Ordem econômica será ponto polêmico

JBr — Até agora foi votado pouco mais da metade do texto constitucional. Que pontos de estrangulamento o senhor prevê para a frente?

Fernando Cabral — Teremos problemas na parte da receita tributária e na ordem econômica. Na tributação o Governo está anunciando que é contra a limitação do poder de tributar nos chamados impostos de Estados e a nova divisão das receitas tributárias. Isso trará alguma confusão. Estão tentando tirar as novas proporções que diminuem a receita da União. O Governo afirma que não suportará essa transferência de arrecadação sem repassar os encargos. Mas nesse ponto creio que não será fácil derrubar o Projeto porque as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão empenhadas em manter o texto.

E no capítulo da Ordem Econômica?

Se o meu *feeling* político não estiver errado acredito que estarão at

as principais dificuldades. Temos aí o conceito da empresa nacional e

Qual a diferença entre a definição de empresa nacional no texto da Sistematização e a do Centrão?

Uma diferença muito grande. A Comissão definiu como empresa nacional a empresa jurídica constituída com sede no País e que o controle decisório estivesse em caráter permanente sob titularidade de pessoa física domiciliada no País. A empresa brasileira de capital estrangeiro é a pessoa jurídica constituída com sede e direção no País. O Centrão foi mais aberto ao capital estrangeiro, deixando várias portas escancaradas. O projeto da Sistematização é mais fechado resguardando e protegendo a empresa nacional. Tanto o é, que estabelece, que lei complementar definirá estímulos para a empresa nacional e garantirá competitividade, concedendo incentivos e benefícios fiscais, além de garantir o mercado para as atividades consideradas estra-

tégicas e de interesse nacional. Diz ainda que a entrada de capital estrangeiro será admitida exclusivamente no interesse nacional e terá que obedecer disciplinas de legislação ordinária. Não vetamos a entrada de capital estrangeiro apenas disciplinamos. E a Reforma Agrária?

Se nós constituintes tivermos juízo vamos deixar tal qual está. Isso não atende as reivindicações dos que querem a reforma agrária, mas remete para a lei. Se você conseguir remeter isso para a lei, fica mais fácil superar o impasse depois do que gerá-lo agora.

Levando em conta o que foi votado até agora qual a avaliação que o senhor faz da futura Constituição?boa. Não sei ainda qual será o seu perfil ideológico, haverá uma incógnita até que se decida quais os rumos a serem tomados na votação da Ordem Econômica, Política Agrícola e Fundiária, Previdência Social e Educação. O que posso dizer é que até agora o texto está bom e reflete a maioria da Constituinte. Se não for a Constituição ideal será pelo

menos a Constituição real quanto aos integrantes da Assembléa Nacional Constituinte.

O senhor afirma que ainda é cedo para se saber qual será o perfil ideológico da futura Constituição, mas essa avaliação só poderá ser feita depois da votação de segundo turno porque o Centrão promete suprimir todos os avanços naquele fase. O senhor acredita que diante disso o brasileiro possa ainda ter esperança de melhoria no atual quadro político e econômico após a promulgação da futura Constituição?

Desde o início dos nossos trabalhos eu sempre tive medo que os problemas conjunturas, inflação, falta de emprego, deficiência de moradia, pudesse interferir na nossa elaboração. Eu torcia muito para que isso não viesse a influir sobre o estrutural. O estrutural seria um texto constitucional que não dure apenas cinco ou seis anos, mas que fosse uma perspectiva a perder de vista para o País. Lamento que estejamos passando por um momento conjuntural que pode trazer consequências para o

lado estrutural, mas espero que isso não aconteça.

E a previsão para a promulgação da Constituição?

No ritmo em que estamos, provavelmente, no mês de junho. Antes disso, não creio que seja possível. Isto é um mero exercício de especulação porque ninguém pode com segurança afirmar quando ela vai terminar.

Então o senhor acredita que a aprovação do presidencialismo e um mandato de cinco anos da garantia plena para o funcionamento normal da Constituinte?

Eu não sei se é a aprovação do presidencialismo que dá essa segurança. Qualquer sistema de governo que fosse aprovado daria segurança, porque temos que terminar um dia. Interromper os trabalhos porque poderíamos ser vítimas ou de um golpe ou de um movimento para terminar com a Constituinte não acredito que fosse possível. O que existe é que temos que terminar isso, mais cedo ou mais tarde.